

**IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DA
PROPOSTA PEDAGÓGICA**



N O V O

Ensino Médio

**O Ensino Médio - BNCC e Itinerários:
Novos caminhos para melhores resultados**

NOVO ENSINO MÉDIO:
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
E DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ

Antônio Waldez Góes da Silva

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ

Jaime Domingues Nunes

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Maria Goreth da Silva e Sousa

CHEFE DE GABINETE

Terezinha de Jesus Monteiro Ferreira

SECRETÁRIA ADJUNTA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

Neurizete de Oliveira Nascimento

SECRETÁRIA ADJUNTA DE APOIO À GESTÃO

Keuliciane Moraes Baia

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE PESSOAS

Dannielsom Thomptsom de Souza Miranda

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ryan Muller Oliveira Santos

**COORDENADORA DA EQUIPE DE IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS DE
ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL**

Carla Beatriz Miranda Carvalho

**COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO E NORMATIZAÇÃO DE
POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Cláudia Regina dos Santos Silva

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ESPECÍFICA

Helizangela Carmo de Lima

**COORDENADORIA GEO EDUCACIONAL ÁREA METROPOLITANA E
INTERIOR-COGEAMI**

Ivanira Santos Barros

COORDENADORIA DE APOIO AO EDUCANDO- CAED

Oberdan Amoras Alves Júnior

GERENTE DO NÚCLEO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO PEDAGÓGICO

Helena Portugal

GERENTE DO NÚCLEO DE ENSINO MÉDIO

Sara das Mercês Ribeiro

ELABORAÇÃO

CÉLIA MARIA ROCHA QUEIROGA

PROFESSORA, PEDAGOGA, ASSESSORA TÉCNICA DO NUCLEO DE ACESSORAMENTO
TÉCNICO PEDAGÓGICO/CODNOPE/SAPE/SEED

ELIANE MARIA DE OLIVEIRA SILVA

PROFESSORA, PEDAGOGA, ASSESSORA TÉCNICA DO NUCLEO DE ACESSORAMENTO
TÉCNICO PEDAGÓGICO/CODNOPE/SAPE/SEED

GLEICIANE GOMES CORREA DOS SANTOS

CHEFE DA UNIDADE DE ORIENTAÇÃO DE PROJETOS -
UOEP/NATEP/CODNOPE/SAPE/SEED

ARNANDA DE CÁSSIA OLIVEIRA DA SILVA

CHEFE DA UNIDADE DE DESENVIMENTO DO ENSINO MÉDIO
UDEM/NEM/CEBEP/SAPE/SEED

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
INTRODUÇÃO.....	06
1. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A REELABORAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA	07
1.1. O que é Projeto Político Pedagógico.....	07
1.2. O que é a Proposta Pedagógica.....	07
2. Revisitação do Projeto Político Pedagógico.....	08
2.1. Etapas da reelaboração da Proposta Pedagógica.....	08
2.2. Roteiro para implementação do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Pedagógica.....	10
REFERÊNCIAS.....	17

APRESENTAÇÃO

A construção do projeto político pedagógico da escola é um movimento desafiador, mobilizador, de estudos, reflexões coletivas, escrita e reescrita, socialização de saberes, integração dos sujeitos e principalmente de validação da gestão democrática no espaço escolar.

A reforma do ensino médio aprovada em 2017, com a Lei 13.415, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trazem alterações significativas nos currículos escolares da educação básica, para o Ensino Médio, com propostas de aprendizagens que devem ser desenvolvidas com base em conhecimentos, competências e habilidades, na formação geral e itinerários formativos.

A Secretaria de Estado de Educação da Educação – SEED, tem envidado esforços para estabelecer uma política educacional que garanta o direito de aprender, bem como o desenvolvimento da autonomia dos jovens amapaenses. Nesse sentido, o documento **NOVO ENSINO MÉDIO: IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DA PROPOSTA PEDAGÓGICA** apresenta orientações para as escolas que subsidiarão a reformulação do Projeto Político Pedagógico e das Propostas Pedagógicas das unidades escolares que ofertam o ensino médio, visando a reelaboração dos currículos e efetiva implementação de um Novo Ensino Médio a partir de 2022.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola, além de definir uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes (os itinerários formativos), com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional, altera a atual estrutura do ensino médio, traz a perspectiva da oferta do ensino que faça sentido para os jovens.

Considerando a obrigatoriedade da Reforma do Ensino Médio as escolas precisam se estruturar. Esse processo se dará a partir da revisitação do Projeto Político Pedagógico com a reelaboração da Proposta Pedagógica. Sua reformulação deve ser feita de forma colaborativa, ouvindo a voz de todos os atores da comunidade, observando o princípio democrático.

1. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A REELABORAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A Lei nº 13.415/2017 trouxe alterações significativas para a educação, com mais engajamento, autonomia, protagonismo, aprendizagem e sintonia das escolas com os estudantes. Destacamos as principais mudanças: O currículo escolar está organizado em dois blocos indissociáveis: Formação Geral e Itinerário Formativo; a atualização e flexibilização curricular a partir da BNCC, das diretrizes curriculares para o Ensino Médio e dos Referenciais para os itinerários e Referencial Curricular do Amapá para o Ensino Médio-RCA; o Estudante considerado como protagonista no centro da aprendizagem; ênfase no desenvolvimento integral e formação para a vida, visando ao enfrentamento dos desafios do século 21; ampliação progressiva da carga horária no decorrer das três séries; na metodologia a adoção de abordagens pedagógicas mais práticas, interativas, inclusivas e diversificadas; o Enem com duas etapas: prova comum (BNCC) e prova por Itinerário Formativo.

1.1. O que é o Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico refere-se a um documento escrito que registra, de maneira formal, objetivos, estratégias e métodos para a realização de determinadas ações. Dessa forma, escolas e secretarias de educação devem estabelecer essas metas e propor meios de transformá-las em realidade, com o envolvimento de toda a comunidade escolar. É necessário compreender seus termos:

Projeto: Reunião de propostas que têm como objetivo a realização de uma ação

Político: esse termo é fundamental, porque traz a função social da escola e a insere em um processo democrático e de interações sociais. Notadamente, a escola também é uma instituição política, e seu ensino precisa ter essa característica como norte para formar cidadãos preocupados e responsáveis em relação ao mundo em que vivem.

Pedagógico: o termo “pedagógico” também serve para que a escola nunca se esqueça de que todos os seus objetivos, métodos, técnicas e estratégias devem ser voltados ao processo de ensino e aprendizagem, que decorre justamente do contato constante e cotidiano com os estudantes.

1.2. O que é a Proposta Pedagógica

A Proposta Pedagógica passou a fazer parte da realidade das escolas a partir de 1996, com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), documento que organiza a educação no Brasil com base na Constituição Federal. Por seu caráter democrático a Proposta Pedagógica não deve ser um documento extenso e prolixo, mas um material acessível a todos, com linguagem adequada e distribuído para toda a comunidade escolar. Deve refletir a identidade da escola, sua missão e seus valores.

O objetivo da proposta pedagógica é apresentar a intencionalidade educativa da escola. Ela esclarece, além da identidade, como se dará a sua organização curricular, quais os seus objetivos para a aprendizagem dos estudantes e, principalmente, como a escola irá trabalhar pedagogicamente para atingi-los.

Cabe à escola construir sua proposta pedagógica, de modo a envolver e atender aos membros da comunidade em que se localiza.

2. REVISITAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Em decorrência das mudanças do Novo Ensino Médio, as instituições de ensino que ofertam essa etapa da Educação Básica devem reestruturar suas propostas pedagógicas considerando as finalidades previstas no art. 35 da Lei nº 9.394/1996 e das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Revisitar o Projeto Político Pedagógico é essencial (nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros) para que a escola possa rever os aspectos importantes da Proposta Pedagógica para melhor atender a clientela estudantil nesse novo cenário e viabilizar as adequações necessárias para atingir o objetivo final, assegurar a aprendizagem.

2.1. A reelaboração da Proposta Pedagógica

Cada instituição de ensino deve elaborar a sua proposta pedagógica de forma particular e única, e sua elaboração está diretamente ligada com o Projeto Político Pedagógico da escola. Seu papel é mostrar, revelar, registrar tudo aquilo que a escola crê, faz e espera do aprendizado de seus alunos e como ela fará para que esse aprendizado seja alcançado.

Reflexões imprescindíveis que a Proposta Pedagógica deve apresentar:

- **Onde estamos?** Diagnóstico sobre a situação atual da escola.
- **Para onde vamos?** Quais os objetivos da escola.
- **Como chegar lá?** Estratégias e plano de ação para alcançar os objetivos.

Por ser item integrante do Projeto Político Pedagógico, a reelaboração da proposta pedagógica deve ser liderada pela equipe gestora da escola, especialmente pelo/a gestor/a. Deve garantir o engajamento de toda a comunidade na implementação dos novos currículos, com metodologia participativa, na qual se dê atenção para a voz dos agentes escolares: professores, funcionários, alunos, famílias e representantes da sociedade civil organizada.

Etapas da reelaboração da proposta pedagógica:

- + 1ª etapa: envolver e sensibilizar a equipe da escola;
- + 2ª etapa: planejar o processo pela gestão escolar com definição de ações, prazos e pessoas responsáveis;
- + 3ª etapa: estudar os principais aspectos do novo currículo e o papel de uma nova proposta;
- + 4ª etapa: elaboração do diagnóstico e análise da proposta anterior pela equipe da escola;
- + 5ª etapa: mobilização da comunidade escolar para contribuir na construção da nova proposta;

Com a reforma do Ensino Médio são muitas as questões que devem ser analisadas e algumas questões são importantes para reflexão no decorrer do processo de reelaboração da Proposta Pedagógica:

- Como ficará a carga horária e a organização curricular?
- Como colocar em prática o desenvolvimento do projeto de vida?
- Quais são os itinerários formativos mais interessantes para serem oferecidos?
- Que tipos de limitações existem na escola que possam inviabilizar essa nova proposta?
- O que fazer para superar essas dificuldades?

- ✚ 6ª etapa: definição da estrutura e prioridades da proposta pela equipe escolar

- ✚ 7ª etapa: compartilhamento das primeiras deliberações para discussão e validação da comunidade escolar externa;

- ✚ 8ª etapa: redação do texto do documento pela equipe da escola;

- ✚ 9ª etapa: validação pela comunidade escolar;

- ✚ 10ª etapa: divulgação da proposta pedagógica em sua versão final.

2.2. Roteiro para implementação do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Pedagógica de acordo com a Lei nº 13.415/2017 e a Resolução nº 077/2014 – CEE/AP.

CAPA

CONTRA CAPA

SUMÁRIO: Deverá constar o nome de todos os tópicos e subtópicos, número de páginas. A numeração dos tópicos começa na Apresentação.

IDENTIFICAÇÃO (DA ESCOLA): Dados de identificação: nome da unidade escolar; CNPJ; INEP; Autorização de funcionamento; endereço; cidade/UF; contatos institucionais (telefone, e-mail); turnos de funcionamento; nível/modalidade de ensino ofertado; ambientes escolares que a escola dispões (biblioteca, laboratórios, sala multifuncional atendimento AEE); equipe gestora (diretor/a, diretor/a adjunto/a, secretário/a escolar, coordenadores pedagógicos); recursos financeiros (PNAE, PDDE, PNME, PROEMI, outros); órgãos colegiados existentes (conselho de classe, conselho escolar, grêmio).

1 – APRESENTAÇÃO: Apresentar seu PPP, relatando aspectos importantes no processo de elaboração do documento, incluindo o envolvimento das famílias e comunidade como propõe a BNCC e o Referencial Curricular do Amapá do Ensino Médio.

2 - JUSTIFICATIVA: Por que fazer? Motivo/razão/problema/necessidade:

- Descrever o diagnóstico e a análise da educação cujas informações possibilitam desenvolver políticas planejadas de melhoria da escola pública, dados com índices do IDEB; dados do censo matrículas, evasão, reprovação, distorção idade-série, resultados das avaliações internas e externas: ANA, da Prova Brasil, PISA, ENEM; condições físicas da escola, carências de recursos humanos, indicadores da violência que a comunidade escolar vivencia e que interferem no desenvolvimento do estudante (causas de situações de violência e exclusão), identificar pontos fortes e fracos (dificuldades dos estudantes e professores), definindo prioridades de atuação.

3 - CONCEPÇÃO DE PROJETO SOCIETÁRIO DA ESCOLA

3.1-Marco Situacional: característica da escola, do início até os dias atuais-histórico e também da comunidade escolar; apresentar a história e as características sociais e culturais da escola; como é a sua ligação com a cidade onde está inserida; a composição da comunidade escolar, entre outros detalhes. Este componente é importante pois fortalece a identidade da escola, estimula a auto estima e promove reflexões sobre o pertencimento da comunidade escolar com a instituição.

3.2-Marco Referencial: corresponde a identidade da escola e o que ela planeja em relação a isso, levando em consideração o que propõe as bases legais que respaldam a atuação da escola, como a Constituição Federal, LDB, Lei nº 13.415/2017, Resolução nº 3/2018 (Diretrizes Curriculares do Ensino Médio), Resolução nº 4/2028 (BNCC), RCA do Ensino Médio, resoluções do Conselho Estadual de Educação.

3.3-Marco Filosófico: O que a escola faz? Para quem a escola faz? Como a escola faz?

- Descrever a filosofia da escola, como: missão, visão, valores, princípios;

- **Missão, visão e valores.** A escola deve compartilhar o propósito, os objetivos da instituição e as virtudes e princípios que orientam sua atuação. Ao compartilhar a missão, visão e valores, a escola estimula o engajamento em torno dos objetivos comuns da instituição.

3.4. Marco operacional (concepção de Educação e de conhecimento):

3.4.1. A Comunidade Escolar e suas instâncias colegiadas. Informar de acordo com a Lei nº 1.503/2010.

3.4.1.1. Conselho Escolar. Informar de acordo com a Lei nº 1.503/2010.

3.4.1.2. Conselho de Classe. Informar de acordo com a Lei nº 1.503/2010.

3.4.1.3. Grêmios Estudantis. Informar de acordo com a Lei nº 1.503/2010.

3.4.1.4. Clubes estudantis e outras formas de organização dos estudantes (se houver).

3.5. Concepção de Educação:

3.5.1. Legislação: bases legais que respaldam a elaboração do currículo: Descrever a teoria/tendência pedagógica adotada pela escola. Detalhamento das questões específicas do contexto educacional de acordo com a Lei nº 13.415/2017, Resolução CNE/CEB nº 3/2018 03/2018 e Resolução CNE/CEB nº 4/2018; Catálogo dos Itinerários Formativos.

3.5.2. O currículo do Ensino Médio: Será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino.

3.5.2.1. Carga horária: Carga horária anual de 1.000 horas, sendo 600 horas para formação geral e 400 horas para os itinerários formativos, com progressão gradativa, até 1.800 horas anuais para a formação geral e 1.200 horas para os itinerários formativos em todo Ensino Médio.

3.5.2.2. Estrutura Curricular:

3.5.2.2.1. Formação geral: Tem como foco o desenvolvimento das habilidades relacionadas às competências gerais e as áreas do conhecimento, previstas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e no Referencial Curricular do Amapá-RCA do Ensino Médio para as quatro Áreas do conhecimento/componentes curriculares: Linguagens e suas Tecnologias (Português, Inglês, Artes e Educação Física); matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Química e Física); Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia).

3.5.2.2.1. Itinerários formativos: Descrever as possibilidades do estudante escolher a área do conhecimento que deseja se aprofundar, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional, optar pelas aprendizagens voltadas para o desenvolvimento de habilidades gerais e específicas relacionadas às áreas, aos eixos estruturantes e ao mundo do trabalho. Eixos estruturantes que integram os diferentes arranjos de itinerários, além de conectar as experiências

educativas com a realidade contemporânea e desenvolver habilidades relevantes para a formação integral do estudante: **investigação científica**: investigação da realidade por meio da realização de práticas e produções científicas; **mediação e intervenção sociocultural**: envolvimento na vida pública via projetos de mobilização e intervenção sociocultural; **processos criativos**: idealização e produção de projetos criativos e **empreendedorismo**: criação de empreendimentos pessoais ou produtivos articulados ao projeto de vida.

3.5.2.2.2. Projeto de Vida: corresponde ao componente curricular obrigatório, nas três séries como trajetória do estudante para autonomia, identidade e protagonismo para definir objetivos para sua vida pessoal, acadêmica, profissional e cidadã; para que o/a jovem esteja preparado para os desafios do século 21, para a reflexão sobre o que os estudantes desejam para o futuro e para auxiliar nas escolhas conscientes, de acordo com seus anseios e aptidões, inclusive sobre as possibilidades do Novo Ensino Médio. A escola criará espaços e tempos de diálogo com os estudantes, mostrando suas possibilidades de escolha, avaliando seus interesses e, conseqüentemente, orientando-os nessa jornada.

3.5.2.2.3. Unidades Eletivas: componente curricular que propiciará as oportunidades de ampliação de conhecimentos em áreas de interesse dos estudantes ou de relevância para a realidade local.

3.5.2.2.4. Trilhas de Aprofundamento dos conhecimentos: possibilita que os estudantes aprofundem seus estudos na(s) área(s) de conhecimento com a(s) qual(is) se identificam ou, ainda, em curso(s) ou habilitações de formação técnica e profissional que contribuirão para maior interesse dos jovens em acessar a escola e, conseqüentemente, para sua permanência e melhoria dos resultados da aprendizagem.

3.5.2.2.5. Formação Técnica Profissional: correspondem as formas de oferta do V itinerário (cursos técnicos, concomitantes, integrados, cursos de aprendizagens, formação inicial e continuada de aprendizagens, estágios, desenvolvimento profissional no trabalho, aproveitamento de estudos, ofertados na própria escola, em parcerias com outras instituições, tempos e espaços, escolas, instituições credenciadas, a distância).

3.5.2.2.6. Formação Continuada dos Docentes: apresentar as estratégias para o desenvolvimento e a formação em serviço e continuada dos professores e demais trabalhadores da educação que atuam na unidade escolar.

3.6. Concepção de Estudante: Destacar o protagonismo juvenil, descrever o perfil do jovem e o que almeja; Protagonismo para aprender, Estímulo ao jovem para fazer escolhas, tomar decisões e se responsabilizar por elas, Aluno no centro da aprendizagem, Uso de aprendizagem ativa e colaborativa.

3.7. Metas e Ações:

4 – OBJETIVOS

4.1-Objetivo Geral: deverá ser inserido o objetivo norteador de todo o processo; é o elemento que resume e apresenta a ideia central do trabalho. Deve expressar de forma clara qual é a intenção do projeto que descreve;

4.2-Objetivos Específicos: se relacionam de maneira direta com o objetivo geral, identificando as ações para seu alcance, servindo como um guia do conteúdo abordado ao longo do PPP. É preciso expressar com clareza o que se quer atingir, definindo a função social da educação e as ações pretendidas. Esses objetivos envolvem o que de mais importante precisa ser transformado para que se atinja uma situação ideal.

5 – METODOLOGIA: Deverá ser descrita a metodologia do processo de ensino aprendizagem que a escola adota. Está relacionada à aprendizagem dos alunos, e completa-se com a avaliação deste processo. Implica em uma disposição emocional, a qual requer estímulos organizados por métodos que possam favorecer a aquisição de habilidades de acordo com a BNCC e o RCA do ensino Médio. Não entender este tópico como os meios pelos quais foram usados para a formulação/construção do PPP.

6-IDENTIFICAÇÃO DA DIVERSIDADE: Definir como serão estabelecidas as estratégias de atendimento educacional inclusivo.

6.1. Cultura Afrodescendente e Indígena. (como se dá o atendimento da diversidade cultural no contexto escolar).

6.2. Bullying (esclarecer os mecanismos utilizados para combater os preconceitos, bullying e outros).

6.3. Atendimento Educacional Especializado (Descrever como se dá o atendimento do AEE, turnos e horários, informando o quantitativo de alunos que recebe o atendimento)

7 - DESCRIÇÃO DAS FORMAS DE AVALIAÇÃO: Descrever a avaliação nos projetos e/ou programas de apoio pedagógico aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, e o uso dos espaços pedagógicos. Contemplar a diversificação de modelos e instrumentos avaliativos. Avaliação em perspectiva diagnóstica e formativa com a implementação de instrumentos avaliativos capazes de avaliar o desenvolvimento de competências e habilidades, como rubricas de avaliação e autoavaliação, atividades avaliativas colaborativas, estudo de casos, portfólios e outros.

8 – MATRIZ CURRICULAR: Anexar a(s) Matriz(es) Curricular(es) que de acordo com as modalidades de ensino ofertadas pela unidade escolar (Ensino Fundamental I; Ensino Fundamental II: regular e/ou modular, EJA; Ensino Médio: regular, modular, EJA, Tempo integral), aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação.

8.1. Matriz Curricular do Ensino Fundamental (se a escola ofertar também o Ensino Fundamental).

8.2. Matriz Curricular do Ensino Médio.

9 - NÚMERO DE ALUNOS A SER ATENDIDO POR SALA DE AULA: informar o quantitativo de salas de aula e de alunos atendidos por cada uma, ano ou série.

10 - RECURSOS MATERIAIS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS: Relacionar os materiais disponíveis para uso, em forma de tabela e a quantidade.

11- INDICAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E WEBGRÁFICO: informar todos os materiais gráficos e informatizados que a escola dispõe para a consulta. Relacionar em forma de tabela, informando o nome do acervo e o ano em que foi adquirido.

11.1. Acervo bibliográfico;

11.2. Acervo Webgráfico.

12 - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS: enumerar os ambientes (biblioteca, laboratórios. É fundamental que seja feita uma descrição minuciosa da estrutura física e mobiliário que a escola dispõe. Catalogar todos os móveis e eletrodomésticos que a escola possui. Estabelecer essas informações em forma de tabela informando o nome e o ano em que foi adquirido.

13-DETALHAMENTO DAS ETAPAS E/OU MODALIDADES DE ENSINO

PRETENDIDAS: informar as etapas e/ou modalidades de ensino pretendidas; previsão de atendimento (número de alunos, turmas e turnos); indicação de modalidade de escrituração escolar e de arquivo;

14 - QUADRO ADMINISTRATIVO: informar o quadro administrativo, técnico e docente da escola, devidamente habilitado na forma da lei. As informações podem ser organizadas em forma de tabela.

15 - CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DE AÇÕES: O cronograma deve apresentar a previsão de planejamento das ações para serem executadas durante o ano. Devem estar organizadas em forma de tabela relacionando as ações e os responsáveis por cada ação.

19 – REFERÊNCIAS: Item no qual a escola coloca as referências bibliográficas e virtuais que foram utilizadas na construção do Projeto Político Pedagógico, de acordo com as regras da ABNT.

REFERENCIAS

AMAPÁ (2010). Lei 1.503, de 09 de Julho de 2010. Dispõe sobre a Gestão Democrática nas Unidades do Sistema Estadual de Ensino do Amapá.

_____ (2014). Lei/nº 1.839, de 18 de Novembro de 2014. Dispõe sobre o Bullying nas escolas do Sistema de Ensino do Estado do Amapá.

_____ (2015). Resolução nº 046, de 10 de Junho de 2015-Conselho Estadual de Educação. Dispõe sobre o Regimento Escolar e Sistemática de Avaliação do Estado do Amapá.

_____ (2014). Resolução nº 077, de 11 de dezembro de 2014-Conselho Estadual de Educação. Dispõe sobre o Regimento Escolar e Sistemática de Avaliação do Estado do Amapá.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal.

_____ (2017). Lei/nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a Reforma do Ensino Médio. Diário Oficial da União. Brasília.

_____ (2000). Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. 10 ed. Campinas, SP: Papirus.

_____ (2018). **Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares na organização curricular, tendo em vista as alterações introduzidas na Lei nº 9.394/1996 (LDB) pela Lei nº 13.415/2017. Diário Oficial da União. Brasília.

_____ (2018). **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018**. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº15/2017. Diário Oficial da União. Brasília.